

Síntese da intervenção apresentada na Audição Pública

– Os Desafios da Educação Inclusiva no Ensino Superior -

Em representação da Coordenação do Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiências no Ensino Superior (GTAEDES) e enquanto elemento do Gabinete de Apoio ao Estudante com Necessidades Educativas Especiais da Universidade do Algarve (GAENEE), agradecemos a oportunidade e saudamos a realização desta Audição, cuja temática é extremamente pertinente, atual e urgente.

O GTAEDES, é um grupo de trabalho formalizado em julho de 2004, que integra membros responsáveis pela coordenação dos Serviços de Apoio aos Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Específicas, sediados em mais de uma centena de Instituições do Ensino Superior (Universidades e Institutos Politécnicos), e que tem como principal propósito:

- i) proporcionar um serviço de melhor qualidade a estudantes com deficiências;
- ii) promover a aproximação inter-serviços que apoiam estudantes com deficiências, por forma a facilitar a troca de experiências, o desenvolvimento de iniciativas conjuntas e a racionalização de recursos (<https://www.gtaedes.pt/o-gtaedes/>).

É nosso entender que, para a construção de uma Sociedade Inclusiva e Equitativa, que valorize todos os cidadãos e que lhes permita concretizar os seus potenciais é fundamental que sejam criadas condições de acesso e, sobretudo de permanência com sucesso no Ensino Superior a estes estudantes.

No entanto, não podemos deixar de mencionar que é importante não esquecer reflexões e trabalhos anteriores, nomeadamente as recomendações feitas pelo Grupo de Trabalho para as Necessidades Especiais na Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (GT-NECTES). Este grupo criado em dezembro de 2016, pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em articulação com a Direção-Geral do Ensino Superior e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (e no qual o GTAEDES também participou), apresentou um Relatório em 2017 no Relatório em que constam 67 recomendações, e que continuam a não estar operacionalizadas.

De assinalar ainda que, também em dezembro de 2020, O GTAEDDES emitiu um parecer/reflexão sobre a proposta da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD), onde foram apontadas algumas fragilidades, desafios e recomendações.

Focando-nos nos desafios com que as Instituições de Ensino Superior se debatem e abordando-os de forma sintética, agrupamo-los em três dimensões: **Acesso e Permanência com sucesso no Ensino Superior; Vivência Acadêmica Equitativa; e Vida independente.** Importa assinalar que defendemos uma Universidade para Todos, fundamentada no Desenho Universal para a Aprendizagem e, cujas medidas de apoio e suporte à aprendizagem devem abranger estudantes com incapacidades não só a nível sensorial e/ou motor mas também as chamadas “incapacidades invisíveis” como a Perturbação do Espectro do Autismo, a Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção, as Perturbações Específicas de Aprendizagem, nomeadamente a Dislexia, e ainda as Perturbações Psicossociais. É nosso entender que os apoios já existentes deveriam ser estendidos também a estes alunos, tal como o recomenda a estratégia europeia para a inclusão.

1 – Acesso e permanência com sucesso no Ensino Superior

Embora se reconheça a importância do contingente para alunos com deficiência no acesso ao Ensino Superior, considera-se a necessidade urgente de:

- Ser criada uma legislação específica que regule a inclusão no Ensino Superior, de forma a que esta não seja subsidiária da sensibilidade e sobretudo da “boa vontade” dos Reitores e Presidentes das Instituições de Ensino Superior e de alguns professores que continuam a defender a urgência da Educação Inclusiva no Ensino Superior;
- Ser criada uma comissão que integre elementos do Ensino Secundário e do Ensino Superior para definirem orientações de forma a assegurar a transição entre os dois níveis de Ensino;
- Disponibilizar aos alunos, famílias e profissionais do ensino regular, responsáveis pela orientação do percurso de vida dos estudantes, informação sobre direitos e apoios no Ensino Superior, pois, não obstante o Balcão IncluirES, ainda temos de continuar a disponibilizar

informação sobre apoio à pessoa com deficiência no ensino superior; fomentar e divulgar os diferentes serviços das IES no apoio à deficiência.

2 – Vivência Acadêmica

Neste âmbito é urgente e imprescindível:

- Dotar as IES de verbas destinadas à Inclusão, nos orçamentos das Instituições de Ensino Superior que lhes permita:

i) tornar os seus espaços físicos acessíveis e garantir a sua usabilidade;

ii) afetar as estruturas e gabinetes de apoio, acolhimento e acompanhamento dos Estudantes com Necessidades Específicas de recursos humanos (equipas multidisciplinares, com uma percentagem específica de tempo para cada elemento) de apoio à inclusão que permitam criar ambientes de aprendizagem que valorizem e rentabilizem a diversidade na construção do conhecimento;

- Criar um sistema de reconhecimento das instituições com práticas de excelência no domínio da Educação Inclusiva, bem como a sua disseminação", dirigido às IES; assim como a atribuição de "selos de boas práticas" às IES mais inclusivas;

- Diligenciar para que a avaliação das Instituições de Ensino Superior desenvolvidas no âmbito da A3ES integrem as questões do ensino e das práticas inclusivas;

- Dar diretrizes claras para que as IES sigam a Diretiva nº 2016/2102: ou seja os princípios de acessibilidade dos sites e do *Frontoffice* e *backoffice* das aplicações;

- Promover a construção de Universidades com ambientes verdadeiramente inclusivos, sustentados em políticas institucionais integrais, tendo como referencial o Desenho Universal para a Aprendizagem.

3 – Vida Independente

Neste âmbito é crucial:

- Assegurar aos estudantes o acesso a tecnologias de apoio que proporcionem maior funcionalidade e maior participação;

- Criar comissão que envolvam elementos do Ensino Superior e do Instituto de Emprego e Formação Profissional com vista à Transição para o trabalho, nomeadamente em adequações nos estágios profissionais e para a integração no mercado de trabalho;

- Promover a articulação entre as IES e o Instituto de Emprego e Formação para a conceção de programas de formação inclusivos e acessíveis.

- Incentivar a investigação sobre a participação da pessoa com deficiência na vida social e comunitária, através da FCT e/ou outros programas específicos.

Faro, 13 de maio de 2021

A Coordenação do GTAEDES,

Maria Helena Martins (Universidade do Algarve)

Adelaide Espírito Santo (Instituto Politécnico de Beja)

Ana Filipa Ângelo (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)